

OS NEABIS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA PÚBLICA ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Magda Luiza Mascarello
Cleverson Ramon Carvalho Silva
Wylie Matozo Fontoura da Silva

INTRODUÇÃO: No trecho “ Nas últimas décadas o reconhecimento e o combate ao racismo tem ganhado força por meio da criação de leis, órgãos e políticas direcionadas às populações negras” foi extraído do artigo “Entre a Norma e a Prática: os Neabis como ferramentas de implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na Educação Profissional e Tecnológica”, produzido por docentes do Instituto Federal do Paraná - Campus Pinhais em 2026, após a vivência no núcleo e o comprometimento com as temáticas étnico-raciais. O intuito central do artigo foi de compreender a atuação das políticas de ERER nas formações acadêmicas, além de que, ao ser mensurado como objeto de estudo a importância dos Neabis neste processo, os autores se defrontaram com os impasses enfrentados pelos núcleos: a subsistência de recursos. Diante desse panorama, a pesquisa foi intencional ao descrever sobre a relevância da identidade cultural na docência e a urgência da luta contra o racismo constitutivo - que é cada vez mais reiterada ao se notar os dados, expressivamente, elevados de uma elite social nos âmbitos de poder. Sendo assim, o estudo permitiu analisar os obstáculos dos NEABIs e seus impactos na execução das políticas públicas de ERER, a fim de mitigar o racismo estrutural tanto no contexto escolar, quanto na comunidade externa.

METODOLOGIA: A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem qualitativa, com objetivos descritivos e analíticos. O procedimento metodológico estruturou-se em três etapas principais, sendo a primeira delas uma pesquisa bibliográfica e documental, a qual permitiu averiguar as problemáticas sociais, como o racismo estrutural, que infiltra o sistema educacional e profissional. Em seguida, a coleta de dados secundários para a contextualização do cenário nacional e regional, foram utilizados diagnósticos publicados pelo Instituto Alana, Geledés e indicadores de práticas pedagógicas propostos pela literatura especializada (Silva, 2018; Solidade da Silva, 2020). Tais dados permitiram comparar a realidade da região Sul e do estado do Paraná com as diretrizes nacionais, bem como mensurar a inexpressividade da ERER nas práticas pedagógicas. Por conseguinte, como última etapa de estudo, foi enfatizado as políticas públicas antirracistas pelos NEABIs, intrínsecos nos Institutos Federais, a partir da vivência dos autores do artigo, a qual permitiu ter um olhar mais verídico e sensibilizado aos impasses retratados ao longo do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Para a fundamentação do artigo, configurado como estudo de caso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais provenientes de revistas, artigos, livros e demais materiais utilizados como referencial teórico. A análise da formação histórica brasileira evidenciou a desvalorização do lugar das pessoas negras no meio profissional, permitindo identificar o racismo estrutural como elemento constitutivo das dimensões econômica, social e política. No âmbito educacional, verifica-se a presença de um engessamento curricular, no qual se estabelece uma hierarquização entre as áreas do conhecimento, sobretudo no contexto das disciplinas escolares. Tal configuração contribui para a reprodução de uma lógica de formação voltada prioritariamente às demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido, o preparo mercadológico dos discentes tende a legitimar desigualdades raciais, frequentemente mascaradas por discursos de meritocracia e competitividade, alinhados ao viés capitalista, atuando na manutenção da subordinação histórica da população negra. A análise comparativa entre as diretrizes nacionais e o contexto do estado do Paraná evidenciou fragilidades na implementação das políticas públicas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Entre os principais entraves, destacam-se lacunas na formação docente para a temática racial, o baixo engajamento dos profissionais da educação e a ausência do planejamento de ações antirracistas, que, em muitos casos, permanecem restritas a datas comemorativas. No que se refere aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), constata-se que sua atuação extrapola a dimensão acadêmica, assumindo múltiplas funções institucionais. Os núcleos operam tanto como instrumentos de efetivação das legislações voltadas à ERER, quanto no assessoramento em casos de racismo e injúria racial, além de participarem da captação e gestão de recursos financeiros oriundos, sobretudo, de emendas parlamentares. Por fim, ao considerar a presença dos NEABIs nos Institutos Federais do Paraná (IFPR), com base em pesquisas e nas vivências dos autores, percebe-se uma convergência entre os fundamentos teóricos da ERER e sua materialização prática. Entretanto, essa efetivação ocorre em meio a limitações estruturais e institucionais, o que reforça as lutas de resistência para consolidar a lei 10.639/2003.

Palavras-chave: IFPR; Educação antirracista; Equidade; Ações estatais;

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2026

AGRADECIMENTOS: Agradecemos á todos que estiveram envolvidos na produção deste trabalho, cujo empenho foi primordial para os resultados tão ricos na temática.